

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

A Redação

Goiás celebra liderança nacional em transparência pública pelo segundo ano seguido

.....

anapolis tribuna do planalto

Mais de 59 mil motoristas devem ser multados em Goiás por exame toxicológico vencido

.....

Assembléia Legislativa de Goiás

Avaliação do TCE sobre Rede Nascer chega à Casa de Leis

.....

Atricon

Vice-presidente Joaquim de Castro representa a Atricon no evento Cúpula Goiás 100% Transparente

.....

Goiânia Urgente

GO cede e destrava multa do toxicológico: autarquia se isola e vira foco de críticas no setor automotivo

.....

Jornal Opção

Caiado assina projeto que doa área do CT ao Vila Nova

.....

Blog do Cafézinho

Avaliação do TCE sobre Rede Nascer chega à Casa de Leis

.....

Goiás celebra liderança nacional em transparência pública pelo segundo ano seguido

A Redação

Goiânia - O Governo de Goiás, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), promoveu nesta segunda-feira (8/12), no auditório do K Hotel, em Goiânia, a Cúpula Goiás 100% Transparente. O objetivo foi comemorar a terceira conquista anual do selo Diamante em Transparência Pública, concedido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Este foi o segundo ano consecutivo que o Estado atingiu a nota máxima na avaliação, único no Brasil. Outra vitória celebrada no evento foi o primeiro lugar no ranking entre as empresas públicas: as estatais goianas atingiram 98,6% em transparência, resultado muito superior à média nacional, que ficou em 61,17%.

Representando o governador Ronaldo Caiado, o secretário-chefe da CGE, Marcos Tadeu de Andrade, relembrou a trajetória das pastas - por meio do Programa de Compliance Público Estadual (PCP). A iniciativa criou um prêmio para aqueles que atendessem os critérios exigidos no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), da Atricon. Ele destacou ainda que Goiás também ficou no topo do ranking da Transparência Internacional, juntamente com Espírito Santo.

"De maneira descentralizada, nossa equipe conseguiu mobilizar as secretarias e as estatais, para atender os requisitos da Atricon, que são muitos. E é por isso que somos 100% transparentes. É porque estamos ouvindo os órgãos e a sociedade, trabalhando naquilo que o cidadão precisa em termos de transparência pública."

O secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, apontou o quanto isso demonstra "o compromisso que o Estado tem não somente com as políticas de longo prazo, mas também com a transparência, mostrando para o cidadão, que é aquele que paga os impostos, o correto gasto do dinheiro público, onde esse recurso está indo, de que forma está sendo aplicado".

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), Celmar Rech destacou que "para solucionar os complexos desafios da gestão pública é preciso instituições maduras, que colaborem e entendam que governar é uma tarefa compartilhada. "Cada um com sua função, mas todos com o propósito de servir ao cidadão com eficiência, ética e sobretudo com transparência", disse.

A Cúpula também foi uma oportunidade de celebrar as parcerias desenvolvidas, como com o Banco Mundial, com o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM) e com o próprio TCE-GO. "É o maior programa de transparência de

avaliação, não só do Brasil, mas do mundo", disse Joaquim de Castro, presidente do TCM e vice-presidente da Atricon, ao ressaltar a grandiosidade do feito de Goiás.

Foi destacada, ainda, a importância do Prêmio Goiás Mais Transparente, implantado em 2019, que durante 2025 engajou 52 órgãos e entidades públicas em um trabalho próximo e colaborativo. Foram mais de 150 horas de consultorias presenciais e mais de 100 servidores engajados diretamente, dedicados em tornar a administração de Goiás mais aberta e acessível.

O evento faz parte da Semana Internacional Contra a Corrupção, promovida pela CGE. Nesta terça-feira (9/12) ocorre a Premiação do programa "Estudantes de Atitude", no Centro de Convenções de Anápolis, das 8h às 12h. Para finalizar, no dia 10/12, o auditório do K Hotel recebe novamente, pela manhã, as cerimônias de premiação dos programas Construindo Juntos, Compliance Público Estadual (PCP) e Embaixadores da Cidadania.

Mais de 59 mil motoristas devem ser multados em Goiás por exame toxicológico vencido

Pressionado por órgãos de controle, o Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO) começará a aplicar, nos próximos dias, a "multa de balcão" para motoristas que estão com o exame toxicológico vencido. A informação será detalhada pelo presidente da autarquia, Delegado Waldir, em coletiva marcada para esta segunda-feira (8/12), às 9h, na sede do órgão, em Goiânia.

Segundo o Detran-GO, mais de 59 mil condutores das categorias C, D e E - que incluem motoristas de caminhão, ônibus e vans - estão com o exame toxicológico fora do prazo de validade. A cobrança passa a ser obrigatória devido ao artigo 165-D do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que determina autuação quando o condutor não realiza o exame dentro do período estabelecido.

A decisão foi tomada depois de uma série de notificações enviadas pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), exigindo o cumprimento integral da legislação. O entendimento dos órgãos de controle é de que o Detran-GO estaria sujeito a responsabilização caso deixasse de autuar quem descumpre o prazo legal.

O que é o exame toxicológico?

O exame toxicológico é um teste obrigatório para motoristas das categorias C, D e E, utilizado para identificar o uso de substâncias psicoativas que possam comprometer a capacidade de direção. Ele detecta drogas consumidas em um período de até 90 dias, sendo considerado uma ferramenta essencial de segurança no trânsito, especialmente para motoristas profissionais que percorrem longas distâncias.

De quanto em quanto tempo o exame deve ser renovado?

A legislação federal exige que o condutor faça o exame:

Na obtenção ou renovação da CNH das categorias C, D e E;

Periodicamente, a cada 30 meses, independentemente da data de validade da CNH.

Se o motorista não realiza o exame dentro do prazo, fica sujeito à multa prevista no artigo 165-D, no valor de R$ 1.467,35, além de 7 pontos na CNH.

Por que o exame é necessário?

Motoristas profissionais enfrentam jornadas intensas e podem estar expostos a substâncias que afetam reflexos, atenção e tempo de reação. O exame toxicológico busca reduzir acidentes, combater o uso de drogas em rotas longas e reforçar a segurança nas estradas brasileiras. Ele é apontado como um dos mecanismos que contribuíram para a redução de acidentes fatais envolvendo veículos de grande porte nos últimos anos.

Impacto em Goiás

Com mais de 59 mil motoristas irregulares, a decisão deve ter efeito imediato no setor de transporte. Caminhoneiros, motoristas de ônibus e condutores de vans escolares que não regularizarem a documentação poderão ser autuados já nos próximos dias. O Detran-GO deve anunciar prazos de adequação, orientações e eventuais mecanismos de apoio durante a coletiva desta segunda-feira.

Avaliação do TCE sobre Rede Nascer chega à Casa de Leis

Matéria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) tramita na Assembleia Legislativa de Goiás, pelo processo n° 30762/25, que comunica o resultado da avaliação da Política de Saúde Materno-Infantil desenvolvida pela Rede Nascer, realizada pelo Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas daquela corte.

Segundo o acórdão 3924, a análise identificou fragilidades no diagnóstico e na estrutura da política. A Secretaria de Estado da Saúde (SES) deverá apresentar, em até 60 dias, um plano de ação com medidas, responsáveis e cronograma. Entre as recomendações estão revisão do diagnóstico, capacitação de servidores, criação de indicadores, painel de monitoramento e fortalecimento da governança.

A Secretaria de Estado da Economia foi orientada a reavaliar, junto à pasta da Saúde, a criação de ação orçamentária específica para a Rede Nascer e possíveis ajustes no plano plurianual.

O tribunal também comunicou a Assembleia sobre a necessidade de ampliar o debate sobre saúde materno-infantil e sugeriu a criação de um grupo de trabalho com representantes dos poderes e dos tribunais de contas para discutir o Sistema Permanente de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

Vice-presidente Joaquim de Castro representa a Atricon no evento Cúpula Goiás 100% Transparente

O conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto, presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO) representou a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), entidade da qual é vice-presidente-executivo, na Cúpula Goiás 100% Transparente - Líder em Transparência Pública Nacional, realizada nesta segunda-feira (8), no K Hotel, em Goiânia.

A presença do presidente do TCM-GO ocorreu em um momento especialmente simbólico, marcado pela divulgação dos resultados do Ranking Nacional de Transparência da Atricon, que reconhece o desempenho dos entes federativos e incentiva a melhoria contínua dos portais públicos em todo o país. Na edição de 2025, Goiás alcançou posição de destaque absoluto, sendo reconhecido como o estado mais transparente do Brasil.

Joaquim de Castro destacou que Goiás foi o único estado a atingir 100% de conformidade em todos os itens avaliados pela Atricon. Ele afirmou que o resultado evidencia não apenas o compromisso das instituições goianas com a abertura de dados, mas também o esforço permanente para aprimorar a qualidade e a confiabilidade das informações disponibilizadas à sociedade.

O conselheiro ressaltou ainda que a premiação representa um marco para o controle externo e para a administração pública estadual, ao reconhecer o trabalho integrado realizado pelo Governo de Goiás, pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e pelo TCM-GO. Segundo ele, o Selo Diamante -- concedido ao TCM-GO pela transparência de seu portal institucional -- fortalece a credibilidade das instituições, amplia a confiança da população nos órgãos de fiscalização e reafirma a transparência como um pilar estratégico da governança pública contemporânea.

Durante a cerimônia, foi exibida uma mensagem gravada pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que destacou o desempenho histórico do estado no cenário nacional de transparência. O governador lembrou que Goiás se consolidou como referência ao conquistar, pela segunda vez consecutiva, o Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública, tornando-se o único estado bicampeão da avaliação.

A Cúpula reuniu autoridades de expressão no cenário do controle e da gestão pública, entre elas o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), conselheiro Celmar Rech; o secretário da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO), Marcos Tadeu de Andrade; o secretário-geral de Governo de Goiás, Adriano da Rocha Lima; e o gerente de Prática para Instituições - Gestão Financeira para a América Latina e Caribe do Banco Mundial, Joseph Mubiro Kizito. A presença conjunta dessas lideranças reforçou o compromisso do Estado com a integridade, a

transparência e o fortalecimento das políticas públicas.

Com informações da Assessoria de Comunicação do TCM-GO

GO cede e destrava multa do toxicológico: autarquia se isola e vira foco de críticas no setor automotivo

Sob pressão de órgãos federais e estaduais, o Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO) ajusta sistema para começar a cobrar penalidade de R$ 1.467,35 de condutores com CNH profissional vencida - medida deve atingir milhares de caminhoneiros e motoristas de ônibus em 60 dias.

O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO) confirmou que passará a autuar motoristas das categorias C, D e E que estão com o exame toxicológico vencido há mais de 30 dias - a chamada "multa de balcão". A medida, prevista no artigo 165-D do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), estava sendo descumprida pelo estado, o que levou a uma sequência de notificações formais emitidas pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO).

A cobrança, que o órgão resistia a implementar, é considerada gravíssima: R$ 1.467,35 e 7 pontos na CNH, mesmo sem o motorista estar conduzindo. Em Goiás, 59 mil condutores já estão em condição de autuação.

A decisão de finalmente aplicar a sanção ocorre não por iniciativa administrativa, mas por imposição de órgãos superiores e risco de responsabilização do próprio Detran-GO.

Resistência isolada e desgaste: a postura do Detran-GO contraria o setor e cria insegurança jurídica

Enquanto a maior parte do país cumpria a legislação aprovada em 2020 e reforçada pela Lei 14.599/2023, o Detran-GO optou por retardar a cobrança. Alegou falta de clareza normativa, mas acabou se isolando no cenário nacional e provocando um descompasso com as regras federais de trânsito que regem o setor automotivo.

Para especialistas consultados em outras unidades da federação, o atraso prejudica a previsibilidade necessária às empresas de transporte, motoristas profissionais, escolas de formação e operadoras logísticas. As transportadoras destacam que a irregularidade prolongada no estado comprometeu o alinhamento regulatório nacional e gerou dúvidas quanto à validade de processos de contratação e renovação de motoristas.

A Senatran, responsável pela regulação federal do trânsito, chegou a representar o caso junto ao MPF, classificando o comportamento da autarquia goiana como "descumprimento deliberado de norma federal de caráter obrigatório".

Impacto direto sobre motoristas: 472 mil profissionais podem ser afetados a médio prazo

Goiás possui 3,2 milhões de condutores, sendo 472,8 mil habilitados nas categorias profissionais C, D ou E. Destes, mais de 59 mil já extrapolaram o prazo legal para renovação do toxicológico e devem ser autuados assim que o sistema do Detran-GO for adaptado - processo para o qual a autarquia pediu até 60 dias.

Ao contrário de outras infrações, esta penalidade é vinculada ao condutor, não ao veículo. Por isso, será lançada diretamente na CNH, mesmo se a pessoa não estiver dirigindo. A inadimplência resultará em envio automático à Dívida Ativa, impedimento de renovação da habilitação e entraves profissionais.

O exame toxicológico, exigido a cada 30 meses, custa entre R$ 100 e R$ 300 e só pode ser realizado em laboratórios credenciados pela Senatran. Em Goiás, há 248 pontos de coleta, segundo dados oficiais.

Autarquia alega injustiça, mas críticas se ampliam com o prolongamento da omissão

O presidente do Detran-GO, Delegado Waldir, sustenta que a multa prejudica motoristas sem vínculo empregatício e questiona se a norma atende a interesses de laboratórios. A postura, porém, ampliou o conflito entre a autarquia e o sistema nacional de trânsito, reforçando a percepção de que o órgão estadual atuou como agente de instabilidade normativa no setor automotivo.

Com isso, o estado deixou de fiscalizar por mais de um ano uma norma já consolidada no país, gerando um passivo represado que agora recai sobre milhares de motoristas.

Adequações e consequências: cobrança se tornará automática no sistema do Detran-GO

A autarquia informou que a multa será gerada automaticamente sempre que o sistema identificar exame vencido há mais de 30 dias. A forma de lançamento difere das infrações tradicionais, pois a penalidade depende exclusivamente da condição da CNH, sem abordagem ou flagrante.

Motoristas que não desejam manter a habilitação profissional podem solicitar rebaixamento de categoria ou cancelamento da CNH. O Detran-GO tem orientado esta saída como alternativa para evitar penalidades futuras.

Entretanto, após meses de resistência, o órgão agora enfrentará a responsabilidade de aplicar um volume elevado de autuações acumuladas - consequência direta de sua própria omissão.

A obrigatoriedade de iniciar a cobrança da "multa de balcão" encerra um ciclo de resistência isolada do Detran-GO, que agora é apontado como um dos principais agentes de desorganização administrativa no segmento automotivo em Goiás. A decisão imposta por órgãos federais e estaduais evidencia que o estado permaneceu em desacordo com a legislação nacional, criando insegurança jurídica, impacto econômico para motoristas e desgaste institucional para a autarquia.

A regularização tardia não resolve o passivo: 59 mil motoristas serão penalizados, e o Detran-GO se vê obrigado a cumprir uma norma cuja aplicação tentou retardar, mas que agora se impõe de forma inquestionável.

Caiado assina projeto que doa área do CT ao Vila Nova

O governador Ronaldo Caiado (UB) deve assinar, na tarde desta terça-feira, 9, o projeto de lei que doa ao Vila Nova a área hoje usada pelo clube de futebol, em Goiânia, como Centro de Treinamento (CT). A doação dará fim a anos de cessão, e empolgou a diretoria vilanovense que pretende investimentos robustos no imóvel.

Localizada ao lado do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), no setor Jaó, a área do CT do Vila Nova foi cedida na gestão Marconi Perillo, mas a promessa de doação do então governador tucano nunca se concretizou. "Só nos enrolou", disse, à reportagem, um vilanovense.

Com o projeto de lei, a área passará a ser oficialmente de propriedade do clube goiano, mas com condições. O time não poderá, por exemplo, vender o imóvel, uma vez que ele passará a ser considerado patrimônio esportivo e cultural.

Articulador do processo de doação, o deputado estadual e líder do governo na Alego, Talles Barreto, afirmou, ao Jornal Opção, a abertura "de um horizonte, de uma estrutura que não tinha". "Tem uma grande diferença entre ter a cessão e ter a propriedade. Com a propriedade, vai acrescentar muito para o Vila". O parlamentar, inclusive, é um dos conselheiros do clube.

Leia também: Goiás, Atlético-GO e Vila Nova podem virar patrimônio imaterial

Presidente da Câmara Municipal de Goiânia e diretor de Comunicação Social do Vila Nova, o vereador Romário Policarpo foi outro que comemorou o projeto de doação. Segundo ele, de posse da área do CT, o clube passa a ter mais estabilidade para fazer investimentos e investir em grandes eventos.

Um deles, inclusive, está na mesa de negociação. À reportagem, Policarpo revelou ter colocado o CT do Vila Nova à disposição da CBF para receber a Copa do Mundo Feminina, prevista para acontecer em 2027.

Avaliação do TCE sobre Rede Nascer chega à Casa de Leis

Matéria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) tramita na Assembleia Legislativa de Goiás, pelo processo n° 30762/25, que comunica o resultado da avaliação da Política de Saúde Materno-Infantil desenvolvida pela Rede Nascer, realizada pelo Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas daquela corte.

Segundo o acórdão 3924, a análise identificou fragilidades no diagnóstico e na estrutura da política. A Secretaria de Estado da Saúde (SES) deverá apresentar, em até 60 dias, um plano de ação com medidas, responsáveis e cronograma. Entre as recomendações estão revisão do diagnóstico, capacitação de servidores, criação de indicadores, painel de monitoramento e fortalecimento da governança.

A Secretaria de Estado da Economia foi orientada a reavaliar, junto à pasta da Saúde, a criação de ação orçamentária específica para a Rede Nascer e possíveis ajustes no plano plurianual.

O tribunal também comunicou a Assembleia sobre a necessidade de ampliar o debate sobre saúde materno-infantil e sugeriu a criação de um grupo de trabalho com representantes dos poderes e dos tribunais de contas para discutir o Sistema Permanente de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.